

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES



Negócio com a Azul é questionado por instituto

Operação da Azul com a United Airlines deve parar no Cade

A rápida aprovação, sem restrições, da aquisição de participação minoritária da Azul pela United Airlines terá consequências negativas para os passageiros e os consumidores. A avaliação é da presidente do Instituto de Pesquisas e Estudos da Sociedade e Consumo (IPS Consumo), Juliana Pereira.

A operação foi aprovada pela Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), na terça-feira (30), e ocorreu em apenas 15 dias, antes mesmo do esgotamento do prazo legal para habilitação de terceiros interessados. A decisão ocorre mesmo depois de o processo ter sido classificado como de rito ordinário, o que indica maior aprofundamento da análise.

Registro eletrônico

No parecer emitido, a Superintendência-Geral do Cade afirma não ter havido pedidos de ingresso como terceiro interessado no negócio das aéreas. Ocorre que, o Instituto de Pesquisas e Estudos da Sociedade e Consumo (IPS Consumo) protocolou pedido formal de intervenção em 30 de dezembro, com registro eletrônico no Sistema Eletrônico de Informações do Cade. A solicitação, porém, não foi levada em conta.



Em parecer, Cade afirma não ter ocorrido manifestação

Sem manifestação externa

O parecer foi publicado como se não houvesse manifestações externas, o que, na prática, diz Juliana, esvazia o sentido do prazo legal previsto em lei e o controle social de terceiros sobre atos de concentração. “O prazo de 15 dias assegura controle social e técnico, porque, mesmo com boa fé, o órgão público pode errar ou precisar de informações que só o mercado consegue prestar. Essa operação é bastante complexa e vai impactar os passageiros”, explica Juliana Pereira. A decisão agora está nas mãos no Tribunal do Cade.

Holding com a Abra

Para o instituto é preciso examinar o caso em conjunto com a participação da American Airlines na Azul. United e American Airlines se tornarão “acionistas de referência” na Azul, ocupando posições relevantes no Conselho de Administração e Comitê Estratégico da Azul. Ao mesmo tempo, as aéreas norte-americanas possuem presença societária e/ou comercial na Abra, holding da Gol e Avianca.

Combustível

A gasolina aumentou 0,65%, com preço médio de R\$ 6,23, enquanto o etanol ficou 2,53% mais caro, sendo comercializado a R\$ 4,45. O diesel comum manteve estabilidade (R\$ 6,14) e o diesel S-10 teve leve alta de 0,32%, chegando ao valor médio de R\$ 6,20 no Sudeste, segundo a Edenred Ticket Log (IPTL).

Energia

O ano de 2026 deverá marcar um período de acomodação e planejamento para o setor de energia solar no Brasil, com desafios relevantes no curto prazo, mas bases estruturais sendo construídas para um novo ciclo de crescimento a partir de 2027. A avaliação é de Jonas Becker, diretor da ONE (Grupo Colibri Capital).

Volkswagen I

A Volkswagen do Brasil encerrou o ano de 2025 como líder absoluta em vendas de veículos de passeio no mercado brasileiro pelo terceiro ano consecutivo, consolidando sua posição como uma das montadoras mais fortes, consistentes e relevantes da indústria automotiva nacional.

Volkswagen II

No acumulado do ano, a Volkswagen registrou 436.336 veículos vendidos, alcançando 17,1% de participação de mercado no segmento de veículos de passeio. O resultado é fruto de uma estratégia sustentada por um portfólio competitivo, liderança em segmentos-chave e produtos alinhados às demandas do consumidor brasileiro.

Volkswagen III

A força do portfólio da Volkswagen em 2025 esteve diretamente associada à combinação entre design, tecnologia, eficiência e um forte compromisso com a segurança. A marca é hoje a montadora com o maior número de modelos avaliados com cinco estrelas no Latin NCAP (Tera, Nivus, T-Cross, Taos e Tiguan).

Volkswagen IV

A Volkswagen do Brasil também liderou de forma consistente as exportações de automóveis em 2025, ampliando sua presença em mercados estratégicos da América Latina e do continente africano. Ao todo, foram 116.495 unidades exportadas, um crescimento de 29% em relação a 2024.



Expectativa do governo é beneficiar 15 milhões de pessoas

Isenção de IR: mudança será sentida já em janeiro

Confira o que muda no desconto no contracheque com o imposto

Da Redação

A reforma do Imposto de Renda (IR) entrou em vigor no dia 1º e já será sentida na folha de pagamento de janeiro. O novo modelo aumenta a faixa de isenção para cerca de 15 milhões de brasileiros que ganham até R\$ 5 mil por mês, traz mudanças para os trabalhadores, investidores e contribuintes de alta renda. Atenção: mesmo isento é necessário fazer a declaração anual.

As novas regras afetam desde a retenção mensal no salário até a tributação de dividendos. Para compensar a perda de arrecadação, quem ganha a partir de R\$ 50 mil por mês passará a pagar mais Imposto de Renda, assim como parte das pessoas que recebem dividendos (parcela de lucro das empresas distribuídas aos acionistas). Ao todo, 141 mil brasileiros, segundo o governo, passarão a pagar mais IR.

O que não muda

Em relação à Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física, nada muda para o documento deste ano, porque a declaração se refere ao ano-base 2025. Somente em 2027 (ano-base 2026), o novo modelo de IR será ajustado definitivamente na declaração.

A principal mudança é a ampliação da faixa de isenção é para renda mensal de até R\$ 5.000, que terá isenção total do Imposto de Renda.

Segundo o governo, cerca de 15 milhões de brasileiros ficam totalmente isentos com a nova regra, o que representa uma renúncia fiscal de R\$ 25,4 bilhões.

Economia estimada

Quem ganha até R\$ 5 mil pode economizar até R\$ 4 mil por ano, considerando o décimo terceiro salário.

A reforma cria uma faixa intermediária de alívio tributário:

De R\$ 5.000,01 a R\$ 7.350 por mês, terá isenção parcial, com desconto decrescente no imposto;

Acima de R\$ 7.350, nada muda; segue a tabela progressiva atual (até 27,5%).

Exemplos

* Salário de R\$ 5.500: imposto cai cerca de 75%;

* Salário de R\$ 6.500: economia de R\$ 1.470 por ano;

* Salário de R\$ 7.000: economia de R\$ 600 por ano.

* O valor exato do desconto depende do cálculo individual e de outras rendas e deduções.

Alta renda

Para compensar a perda de arrecadação, a reforma cria o Imposto de Renda da Pessoa Física Mínimo (IRPFM), voltado para quem tem renda anual acima de R\$ 600 mil (R\$ 50 mil/mês). A alíquota será progressiva de até 10%. Acima de R\$ 1,2 milhão por ano, a alíquota mínima é de 10%.